

Reis Friede: Inimigos internos da democracia

22/10/2022

Em sendo verdade que a história, de alguma forma, se repete, ainda que com diferentes matizes, é lícito inferir que o governo Trump (2017-2021) usou e abusou da democracia americana e foi, em muitos aspectos, uma repetição do desastre político experimentado durante a administração Nixon (1969-74).



"A história não (exatamente) se repete. Continua em

espiral e evolui para uma etapa superior, frequentemente aos saltos, assumindo novas formas e novos aspectos, relacionados reciprocamente ente si, porém fragmentos efetivos de épocas passadas se combinam e se preservam no inconsciente social e na cultura dos povos, na alma coletiva, ainda que modificados, qualitativamente, pela dinâmica e pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade." (LUIZ ALBERTO DE V. MONIZ BANDEIRA; *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos — das Rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p. 537)

Todavia, o que de fato poderia aproximar esses dois governantes, que exerceram o poder em épocas tão distintas sob vários ângulos? Em comum, eles não demonstravam qualquer apreço pelas regras da democracia, e ambos possuíam uma patológica sede de poder pessoal, uma relativa independência em relação ao seu próprio partido (o Partido Republicano), um egocentrismo doentio e uma capacidade inigualável de polarizar, de gerar conflitos e desencontros, de tolerar ou incentivar a violência e de dividir a sociedade norte-americana.

Como se não bastassem todas essas semelhanças, tanto Richard Nixon como Donald Trump disfarçavam suas inseguranças e seus traumas pessoais através da adoção de um comportamento antidemocrático, arrogante, autoritário, ameaçador e que literalmente exalava ódio, buscando passar para a opinião pública, — e em especial para os seus seguidores mais leais e mesmo fanáticos —, uma imagem protetiva marcada pela prepotência. Ambos também travaram uma competição com seus principais assessores, evitando a todo custo que eles alcançassem eventual protagonismo que pudesse concorrer com o titular da Casa Branca, —

razão principal das constantes mudanças ao longo dos respectivos mandatos —, o que sinaliza certa insegurança presidencial.

Ademais, cabe salientar que nas duas administrações o conflito com a imprensa foi uma constante. Em diversas ocasiões, Trump, ainda candidato, fez ameaças diretas aos profissionais de imprensa, conforme citado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt na profética obra *Como as Democracias Morrem*:

"Vou ampliar o escopo de nossas leis de calúnia e difamação para que, quando eles escreverem artigos propositadamente negativos, horríveis e falsos, nós possamos processá-los e ganhar muito dinheiro. (...) Para que quando o New York Times escrever matérias tendenciosas tentando mudar a opinião das pessoas, o que é uma desgraça total, ou quando o Washington Post (...) escrever uma dessas matérias, nós possamos processá-los." (STEVEN LEVITSKY e DANIEL ZIBLATT; *Como as Democracias Morrem*, 2018, p. 69)

Ainda que seja possível reconhecer alguns êxitos administrativos em ambas as gestões, particularmente nas relações com o Oriente Médio, o comportamento pessoal de Trump, completamente desassociado da liturgia e magnitude do cargo, acabou por ofuscar eventuais sucessos obtidos no setor econômico e no desenvolvimento de uma contraposição à expansão chinesa no mar Meridional, entre outras iniciativas relativamente exitosas.

Sob alguns ângulos analíticos, o famoso escândalo político Watergate — evento que, ao final, culminou na renúncia de Nixon, em 9 de agosto de 1974 — pode ser equiparado à atitude insensata de Trump, já no final de seu mandato, de não reconhecer a vitória eleitoral de Joe Biden, fato que atingiu o seu ápice com a invasão do Capitólio por parte de um violento grupo de trumpistas extremistas, convocados e incentivados diretamente pelo próprio presidente Trump, em 6 de janeiro de 2021.

Vale pontuar que, mesmo que Trump houvesse vencido as eleições em 2020, muito provavelmente sofreria um *impeachment* ao longo de um hipotético segundo mandato, fazendo com que sua trajetória presidencial novamente se aproximasse daquela experimentada por Nixon, permitindo concluir que, muito embora reconhecidamente existentes os *inimigos internos* do regime democrático, é muito pouco provável a sua vitória em democracias maduras e consolidadas, nas quais as instituições do Estado conferem garantias à sobrevivência da democracia.

Nesse sentido, cabe ressaltar um ineditismo emblemático da administração Trump que residiu no inusitado fato: pela primeira vez na história estadunidense, um presidente no exercício do cargo, por exclusiva iniciativa de empresas privadas, e sem qualquer interferência do poder público competente, foi impedido de se comunicar através de determinados meios disponíveis. No caso de Trump, o bloqueio das contas do Twitter e demais restrições por parte do restante da imprensa, inaugurando, assim, um precedente na história de uma sociedade aberta e democrática [1], o que, para muitos — controvérsias à parte —, também representou um marco na defesa (privada) da democracia.

Por fim, é importante consignar o aspecto comum (e mais importante) às administrações Trump e Nixon: ambas foram literalmente implodidas pelo sistema constitucional de freios e

contrapesos presente na democracia americana (e nas demais democracias consolidadas), que, portanto, se apresentam sólidas o suficiente para fazer frente a qualquer arbitrariedade presidencial. Nesse sentido, recordemos, por exemplo, o recado criminoso dado (via *Twitter*) por Trump a Mike Pence, vice-presidente dos Estados Unidos, que presidiu a sessão congressual do dia 6 de janeiro de 2020, relativa ao processo de certificação da vitória de Joe Biden: "*Mike Pence não tem coragem para fazer o que é preciso para proteger o nosso país*". Quanto a Nixon, cabe lembrar que a solidez das instituições americanas da época fez com que ele cedesse à determinação do Congresso americano — amparada em decisão proferida pela Suprema Corte — no sentido de que entregasse as gravações ilegais relativas à sua conturbada administração, e em especial, ao caso Watergate.

Isso tudo nos remete a uma sábia frase dita pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal: "*A democracia não tem lugar para os que dela abusam*".

Nota Complementar:

1. Justiça Privada Versus Justiça Pública

O banimento pelo *Twitter* da conta de Donald Trump é a comprovação de algo muito preocupante: o surgimento de empresários — por exemplo, os donos das empresas que controlam o *Twitter* e o *Facebook* —, detentores de um poder tão grande que só pode ser comparado ao poder exercido pelos Estados.

A preocupação central reside no fato de que, nas democracias, só as instituições formalmente encarregadas de aplicar a lei têm legitimidade para sancionar alguém pelo cometimento de algum ilícito. Trata-se do monopólio da aplicação da justiça. Fora disso é a lei do mais forte, o caos. Quando uma empresa privada cala o presidente de um país, qualquer que seja o país, a justiça privada prevalece sobre a justiça pública.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-out-22/reis-friede-inimigos-internos-democracia/>